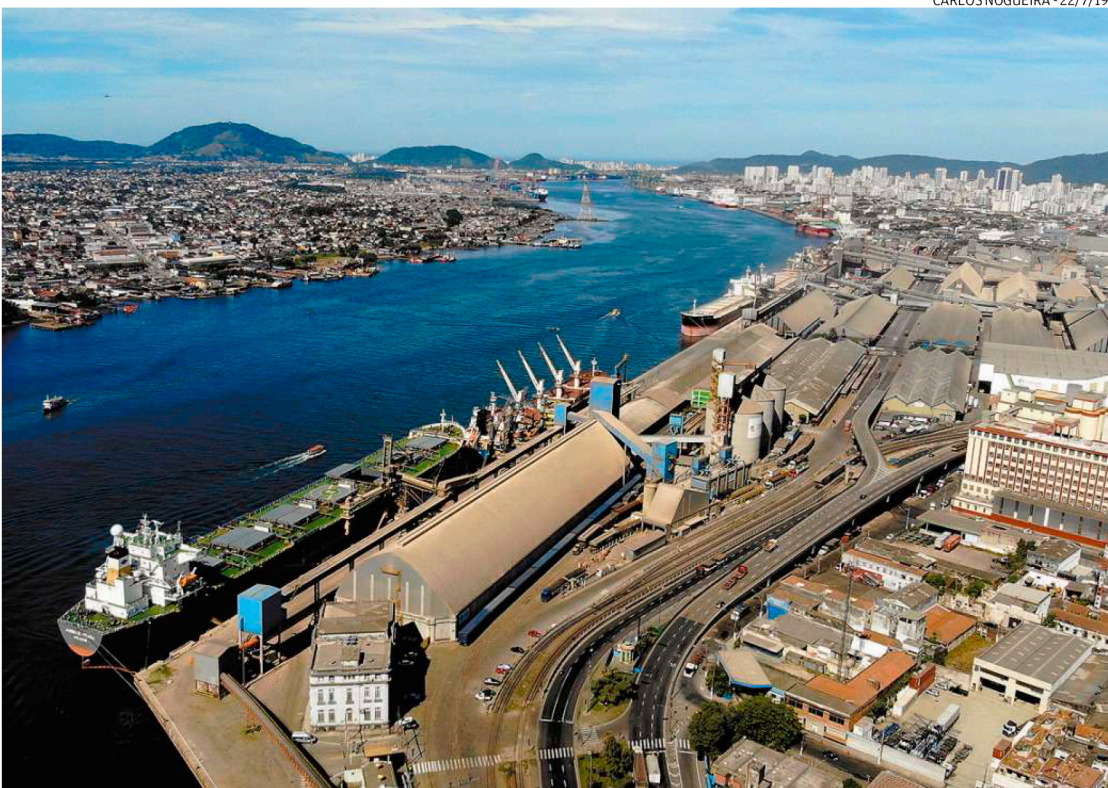


FALE COM A GENTE!

Editor Marcelo Santos
E-mail economia@atribuna.com.br
Telefone 2102-7274

ECONOMIA



CARLOS NOGUEIRA - 22/7/19

Porto de Santos: privatizações federais estão entre as prioridades do ministro da Economia, Paulo Guedes

Governo venderá Codesp e Correios

Programa incluiu mais 9 empresas, mas processo será demorado

DE BRASÍLIA

O governo incluiu nove estatais no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), entre elas os Correios, a Telebras e a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), que administra o Porto de Santos. O PPI é o órgão responsável pelas privatizações e liquidações de empresas públicas federais.

A expectativa era que fossem apresentadas 17 companhias, como havia sinalizado o ministro da Economia, Paulo Guedes, na no-

te anterior. O número foi considerado uma “falha de comunicação”, pois, na verdade, seriam “17 ativos” entre novos e antigos projetos, disse o secretário especial de Desestatização, Desenvolvimento e Mercados do Ministério da Economia, Salim Mattar.

O cronograma de desestatizações, no entanto, não tem prazo para ser colocado em prática.

Mattar reconheceu que a privatização dos Correios deve levar “muito tempo”. A empresa tem monopólio

do serviço postal e do correio aéreo nacional (serviço postal militar) assegurado pela Constituição.

AVAL DO CONGRESSO

Por isso, sua privatização precisa, necessariamente, passar pelo Congresso, com a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), com três quintos dos parlamentares, em dois turnos de votação na Câmara e no Senado.

Além disso, o Supremo Tribunal Federal referendou que empresas criadas

ESTATAIS À VENDA		
Mais estatais confirmadas		
ABGF – Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias, criada em 2013 no Governo Dilma Rousseff, atua com o risco em operações de exportação, infraestrutura e crédito rural.	Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), criada em 1969, mas resultante da companhia original de 1663. Detém o monopólio dos serviços postais, cuja receita está em queda, e é o maior empregador do País. O serviço de entregas é lucrativo.	estavam em poder da Caixa. Na prática, concentra os financiamentos com inadimplência dos tempos da inflação alta, dos anos 1970 aos 1990.
Ceagesp – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, é um dos maiores centros atacadistas de alimentos do mundo. Criada em 1969 a partir da fusão da Ceasa e Cagesp, foi federalizada em 1997.	Codesp – Companhia Docas do Estado de São Paulo, administra o Porto de Santos (veja matéria).	Serpro – empresa de tecnologia da informação, foi criada em 1964 como estatal de processamento de dados do setor público. É a desenvolvedora dos sistemas do CPF, Rais, Renavam, CNH, declaração do Imposto de Renda e Refis.
Ceitec – O Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada é uma empresa de semicondutores criada em 2008 pelo Governo Lula como estatal de microeletrônica vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Está instalada em Porto Alegre (RS).	Dataprev – Criada pelo Governo Geisel em 1974, administra o sistema de dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Possui três data centers (Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro) e cinco unidades de desenvolvimento em capitais.	Telebras – fundada no regime militar como monopólio estatal de telecomunicações e desativada em 1998 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, foi recriada pelo Governo Lula em 2010. Ela opera o programa nacional de banda larga e a infraestrutura de fibra ótica. O governo pretendia usá-la para levar internet para locais distantes, atividade que não é lucrativa.
Empresas que já estavam incluídas na lista do PPI (*)		
Casa da Moeda – depois dos Correios, é a estatal mais antiga desse pacote de privatizáveis. Fundada em 1694, é responsável pela impressão de papel-moeda, selos, moedas comemorativas e documentos com proteção contra falsificação na fábrica no Rio de Janeiro. Já estava em programas de privatização. A venda enfrenta muita oposição, mas o governo alega que no exterior a produção é feita por empresas privadas.	Codesa – Companhia Docas do Espírito Santo, controla o Porto de Vitória (veja matéria).	influência política em seus estados. A venda depende de envio de novo projeto ao Congresso.
CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos, administra o metrô de Belo Horizonte (MG) e Recife e os sistemas férreos de passageiros de João Pessoa (PB), Maceió (AL) e Natal (RN).	EBC – a Empresa Brasil de Comunicação foi criada em 2007 no Governo Lula para administrar as rádios e TVs estatais federais, incluindo a TV Brasil, Agência Brasil, Voz do Brasil e rádios Nacional. A EBC costuma ter sua imagem associada aos governos do PT e já estava na mira de Jair Bolsonaro.	Lotex – a Loteria Instantânea Exclusiva é responsável pela raspadinha e desde 2016 está na lista do programa de privatização da Programa de Parcerias e Investimentos (PPI). O governo já tentou vendê-la duas vezes e não encontrou interessados.
Ceasaminas – Controlada pelo Ministério da Agricultura, já foi incluída em programa de privatização em 2000. Tem seis entrepostos em	Eletrobras – as Centrais Elétricas Brasileiras são uma holding criada em 1962 para geração, transmissão e distribuição de energia. O Governo Temer já tentou privatizá-la e não conseguiu, enfrentando oposição de parlamentares receosos de perder	Trensurb – criada em 1980, a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre opera o metrô da capital gaúcha. A estatal já estava na lista do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) desde maio para ser privatizada.
Companhia Docas de São Sebastião – estatal que administra o Porto de São Sebastião, no Litoral Norte.		

por lei precisam de outra lei para serem privatizadas.

Dentro do governo há quem defenda que os Correios sejam desidratados, por meio da criação de parcerias com a iniciativa privada, formando joint-ventures em que a estatal seria minoritária. Esse modelo é mais fácil de ser tocado e não requer a aprovação de uma PEC.

A secretária especial do PPI, Martha Seillier, disse que a modelagem dos Correios ainda não está pronta. “Estamos avaliando forma-

tos para atrair investimentos privados para a companhia, Os Correios têm hoje uma capacidade de investimento muito baixa”.

LISTA

Entre as estatais incluídas no PPI ontem estão a ABGF, Emgea, Serpro, Dataprev, Ceagesp, Codesp, Ceitec, além de Telebrás e dos Correios.

Para chegar ao número de 17, Mattar citou a Lotex, que já passou por duas tentativas frustradas de leilão; a venda de 20 milhões

ações do Banco do Brasil detidas pela União, operação que deve somar R\$ 1 bilhão; e seis estatais que já estavam no PPI: CBTU, Trensurb, Casa da Moeda, Ceasa Minas, Codesa e Porto de São Sebastião.

A Lotex, no entanto, não pode ser caracterizada como estatal, pois hoje é uma operação da Caixa Loterias. Martha mencionou ainda Eletrobrás, que já estava no PPI, mas também precisa de um projeto de lei para ser privatizada. (Estadão Conteúdo)

PETROBRAS FORA DO PACOTE

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (esq.), disse que o Governo ainda não decidiu colocar a Petrobras no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Quando uma empresa passa a fazer parte do PPI, é possível iniciar estudos para uma futura privatização. “A Petrobras é gigantesca. O Ministério de Minas e Energia vem conduzindo um processo adequado e feito estudos de profundidade”, disse o ministro. A estratégia atual da estatal é se concentrar no negócio principal, a extração, e vender outras áreas (refino e fertilizantes, por exemplo) para pagar as dívidas.



MARCOS CORRÊA/PR

Ministério estuda abertura de capital

■ O Ministério da Infraestrutura ainda não tem um modelo definido para a privatização da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), a Autoridade Portuária de Santos, que ontem foi anunciada como uma das empresas qualificadas pelo Governo Federal para ser desestatizada por meio do Programa de Parcerias de Investimento (PPI).

Também serão privatiza-

das, a partir da PPI, a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa, que administra o Porto de Vitória), que já tem sua privatização em estudo, e o Porto de São Sebastião (hoje, administrado pelo Estado de São Paulo a partir de um processo de concessão).

Os planos para privatizar a Codesp são citados pelo Governo desde o início do ano. A opção mais provável para realizar essa

desestatização é a abertura de capital da companhia, mas essa estratégia ainda não foi oficializada.

Atualmente, segundo a Autoridade Portuária, o Ministério da Infraestrutura trabalha com o seguinte cronograma: os estudos da privatização devem ser aprovados em novembro de 2020; o edital, publicado em julho de 2021; e o leilão, realizado em novembro de 2021.